

Focalizando Valores em Diferentes Esferas da Atividade Social: Um Estudo sobre as Organizações do Segmento de Assistência Social na Cidade de Recife

Autoria: Adriana Tenório Cordeiro

Resumo

Subjacente ao enfoque em valores, que distingue o Terceiro Setor dos demais, considera-se a iniciativa individual em prol do bem comum. Porém, acima da iniciativa individual, destaca-se o dever e a responsabilidade com o próximo e a sociedade em geral, o que transforma a ação organizada e voluntária mais expressiva e relevante. As organizações sociais, através de esferas particulares de atividade, promovem o surgimento de arranjos para a transmissão de conjuntos de valores, reforçando a noção de especialização de valores, além da integração entre as mesmas através do compartilhamento dos valores especializados de entidades afins. Identifica-se um equilíbrio entre os valores terminais e instrumentais nas organizações do Segmento de Assistência Social da cidade do Recife, sobretudo no que se refere a suas diferentes sub-áreas de atuação e públicos. Os resultados do estudo corroboram com os achados de Parsons (1951), verificando-se ênfase em valores ligados ao relacionamento com entidades afins e a união dos esforços de indivíduos ou grupos na modificação da realidade. A identificação destes valores não é contemplada pela classificação de Rokeach (1973), sendo importante ponto de partida para futuro aprofundamento da compreensão do construto.

1. Introdução

Quando o declínio da economia afeta de maneira adversa as comunidades locais, a busca de novas propostas de soluções sociais e caminhos alternativos, normalmente considerados de responsabilidade governamental, promove o surgimento de um arranjo social através do qual uma gama variada de iniciativas, oriundas de grupos diversificados, visam a promoção da transformação da realidade e o atendimento de necessidades. Nesse aspecto, as organizações sociais, inseridas no Terceiro Setor, atuam em esferas diversificadas através da identificação de oportunidades para satisfazer necessidades que não serão ou não poderão ser atendidas pelo sistema de assistência social do governo, e reúnem os recursos necessários, usando-os para ‘fazer a diferença’ através da implementação de propostas de solução social.

As organizações sociais, objeto de investigação do presente estudo, existem sob formas e denominações bastante diversas e sua participação tem aumentado de forma significativa na última década. Estima-se que existam cerca de 250 mil organizações do Terceiro Setor no Brasil, movimentando cifras correspondentes a 1,5% do PIB brasileiro (Landim, 1999), e que, no futuro tais organizações movimentem uma quantia de recursos financeiros equivalente a 5% do PIB do país, equiparando-se à média de outros países (Salamon e Anheier, 1996).

Na ausência de estatísticas consolidadas, o número total de organizações não-governamentais (ONGs) no Estado de Pernambuco é discutível. Porém, segundo pesquisa realizada em 1995 (“ONGs Nordestinas: Transformação e Permanência”), das 640 (seiscentas e quarenta) organizações sem fins lucrativos legalmente constituídas e autônomas, que desenvolvem trabalhos na área social, e catalogadas no Nordeste brasileiro, 53% por cento encontram-se em Pernambuco.

Como setor que se define pela característica de empreendimento sem finalidade lucrativa, em sua maior parte, as organizações que o compõem revelam uma orientação mais fortemente baseada nos valores e crenças de seus membros do que as empresas privadas e as instituições públicas (Falconer, 1999). Segundo O'Neill (1998), todas as organizações possuem valores próprios, mas em nenhum outro setor os valores são tão centrais ao propósito quanto no Terceiro Setor, sendo este o aspecto que permite ao setor mobilizar pessoas sem a necessária existência de motivações econômicas. Possuir uma base em valores parece ser uma das poucas generalizações que se pode fazer sobre o Terceiro Setor. Ainda assim, “pouco se pode afirmar a respeito destes valores, supostamente tão diversos quanto as organizações que compõem o setor. Convivem motivações filantrópicas e altruístas, variadas causas, cenários diversos, crenças e confissões, ativismo político e interesses de várias ordens” (Falconer, 1999, p.20).

Parece pertinente a introdução de novas temáticas e procedimentos metodológicos visando aprofundar o conhecimento acerca do perfil de valores traçado pelas organizações sociais. O presente estudo representa um passo inicial na tentativa de alcançar este desafio. Assim, o seu propósito reside em traçar um perfil de valores declarados pelas organizações não-governamentais legalmente constituídas, e com estrutura formal mínima, do segmento de Assistência Social da cidade de Recife. Além disso, o estudo visa auxiliar na melhor compreensão das esferas de atividade social das organizações desse segmento, representando adequadamente as informações contidas nos documentos de cada organização analisados (ver Cordeiro 2003), como forma de incentivar futuros estudos na área.

2. Referencial Teórico

2.1. O Terceiro Setor: caracterização geral

As dificuldades em se definir ‘Terceiro Setor’ surgiram da própria conceituação deste, nascida nos Estados Unidos, e utilizada de forma ampla para se referir a um universo vasto e diversificado de organizações (Mecenas *et al.*, 2002). Trata-se de um conjunto de organizações privadas e sem fins lucrativos, voltadas à ação em benefício público, porém sem vinculação ao governo.

As organizações do chamado Terceiro Setor, de natureza bastante diversa, incluem: associações voluntárias (associações de moradores, de agricultores; grupos indígenas e outras minorias étnicas; trabalhadores rurais sem terra etc.); movimentos sociais; organizações não-governamentais; grupos de auto-ajuda; fundações; institutos; hospitais filantrópicos e ações sociais ligadas a Igrejas (Fernandes, 1994). Mesmo diante de tamanha diversidade, tanto referente a sub-denominações como esferas de atuação, as organizações que compõem o Terceiro Setor apresentam, segundo aponta Salamon (1996), cinco características em comum, as quais sejam: são formalmente constituídas; são separadas do governo; são auto-governadas; não visam ao lucro; e o voluntariado exerce uma participação significativa.

Ainda em relação ao ponto comum que as reúne, Fernandes (1994, p.22) argumenta:

“No lugar do pensamento dicotômico, dividido entre interesses particulares e públicos, recupera-se o valor da tríade, afirmando-se a presença constante e eficaz de uma terceira possibilidade. Com efeito, mais do que uma descrição empírica, como se fosse fotografia de uma realidade emergente, a idéia de um terceiro setor deriva da abertura de uma alternativa lógica. O conceito denota um

conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos, ou seja, que não geram lucros e respondem a necessidades coletivas”.

Desse modo, o atendimento das necessidades coletivas passa a ser concebido através de propostas que visam promover e sustentar a democracia, pela participação da sociedade civil e o resgate da cidadania. A emergência do terceiro setor representa, pelo menos em tese, uma mudança de orientação profunda e inédita no Brasil no que diz respeito ao papel do Estado e do Mercado e, particularmente, à forma de participação do cidadão na esfera pública. No final das contas, mais do que um conceito rigoroso ou um modelo solidamente fundamentado em teoria - organizacional, política ou sociológica -, o terceiro setor, no Brasil, representa uma idéia-força, um espaço que mobiliza reflexão, recursos e ação (Falconer, 1999).

Vários atores contribuíram para a formação de um papel positivo do Terceiro Setor como sendo capaz de suprir as necessidades sociais mais urgentes do país. No tópico seguinte será apresentada uma exposição sobre a origem e expansão das organizações não-governamentais, ou ONGs, considerando a influência de atores que moldaram a grande expectativa que se apresenta em torno do setor.

2.2. ONGs: origem e expansão

As ‘ONGs’ surgiram sob a influência da solidariedade, da caridade e da assistência ligadas às entidades filantrópicas da Igreja e à benevolência das camadas abastadas (Caravelas, 2000). As modernas ONGs, por outro lado, são resultado direto do papel central que passa a ser exercido pelo Estado a partir do século XX. Segundo Azevedo (1994), as primeiras organizações não-governamentais com as características das ONGs atuais surgiram após a Segunda Guerra Mundial. As seqüelas provocadas pela guerra originaram o forte sentimento de solidariedade nas populações e de reconstrução nacional através de micro-intervenções, redução dos impostos pelo Estado e de uma relação voluntarista, gerando a necessidade de se desenvolver a democracia e a cooperação internacional.

O termo ONG foi introduzido pela ONU na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para implementar projetos de cunho social, de acordo com uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento comunitário (Gohn, 1997).

Reconhecendo a importância dessas entidades para o desenvolvimento sócio-político-econômico e ambiental, foram criados fundos de assistência social aos países em desenvolvimento, visando serem intermediados por essas ONGs (Caravelas, 2000). Os primeiros fundos de assistência para as ONGs do Terceiro Setor foram criados pelos Estados Unidos, na década de 50, destacando-se a *American Foundation* e *Asia Foundation*. Na década de 70, a ODA - Assistência Oficial para o Desenvolvimento - foi criada (Gohn, 1997).

Segundo Verhelst (1992), as diversas agências de financiamento procuram apoiar iniciativas locais com a convicção de que os povos do Terceiro Mundo, por exemplo, devem ser os sujeitos e não os objetos do desenvolvimento. Para serem contempladas com verbas, contudo, é necessário elaborar propostas de solução social, ou melhor, projetos de intervenção social cuja viabilidade passa a ser avaliada pelas agências financiadoras conforme os critérios estabelecidos por estas últimas.

O Banco Mundial representa a instituição internacional que mais contribuiu para a consolidação e disseminação deste campo no mundo em desenvolvimento. A colaboração operacional com ONGs nas atividades do Banco tornou-se mais comum a partir da década de 70 e, desde então, experimentou rápida expansão. Entre 1973 e 1988, apenas 6% dos projetos envolviam colaboração de ONGs. Em 93, um terço e, em 94, a cifra tinha alcançado os 50%. Desde 1983, existe um Comitê ONG-Banco Mundial. Para o Banco, o trabalho em parceria com ONGs permite incorporar em seus projetos as vantagens características destas organizações: a inovação, devido à escala pequena dos projetos, a incorporação da multiplicidade de alternativas e opiniões diversa a participação de populações locais e a consulta à população beneficiária; a melhor compreensão dos objetivos dos projetos pela sociedade; o alcance ampliado da ação, atingindo a quem mais precisa e, finalmente, a sustentabilidade, ou continuidade de projetos após a retirada do Banco (Falconer, 1999).

Na América Latina, as primeiras ONGs surgem na década de 60 visando contribuir para a mudança social através de projetos alternativos, sobretudo no tocante às questões de gênero, a partir de recursos financeiros internacionais. Essa se configuraria a fase embrionária das ONGs na América Latina. No Brasil, somente a partir da década de 80 as entidades sem fins lucrativos passaram a se auto-identificar como ONGs, marcando uma postura de distinção quanto às ações governamentais. Foram fundadas inúmeras organizações para defender direitos políticos, civis e humanos, ameaçados pelo período da ditadura militar (Tavares, 2000).

De modo geral, diversos fatores são fundamentais à compreensão da expansão desse setor, sendo também um deles o engajamento crescente do setor privado nas questões sociais. A partir da década de 90, empresas brasileiras e multinacionais iniciaram um processo de atuação na área social, buscando, a princípio, parcerias com as organizações da sociedade civil para, juntas, atuarem com maior eficiência e melhorar os resultados sociais. O tópico seguinte apresenta a base teórico-metodológica, através do enfoque em valores institucionais, utilizada para a realização do presente estudo.

2.3. Um Enfoque em Valores

O conceito de valor possui pelo menos três significados distintos. Segundo Thomas e Znaniecki (1918), valor é um conceito sociológico, um objeto natural que tem, na realidade, adquirido um significado social e, assim, “é ou pode ser um objeto de atividade” (p.21). Rokeach (1973) definiu o valor como sendo a crença duradoura de que um modo de conduta ou estado final de existência é pessoalmente ou socialmente preferível a uma conduta ou estado final de existência oposto. O mesmo autor determinou que os valores se desenvolvem ao longo de duas dimensões: (1) os tipos de metas pessoais que alguém deve possuir, e (2) o tipo de comportamento que alguém deve utilizar como forma de alcançar estas metas. Assim, por exemplo, pode-se desenvolver um valor terminal (meta ou objetivo) de que se deve ser próspero na vida e um valor instrumental (meio) de que se deve ser ambicioso e trabalhador para atingir este objetivo. Esses valores se complementam, especificando um objetivo geral na vida e identificando comportamentos aceitáveis que podem ser usados para se alcançar este objetivo.

Rokeach (1973) considerou os valores terminais como sendo de dois tipos – os valores pessoais (com foco no próprio indivíduo) e os valores sociais (com foco externo, nas outras pessoas). Os valores instrumentais também são de dois tipos – aqueles que, uma vez violados, originam crises de consciência ou sentimentos de culpa no indivíduo, por este ter cometido um erro (valores morais) e aqueles valores que, uma vez violados,

conduzem a sentimentos de vergonha ligados à inadequação pessoal (valores de competência). Tal classificação de Rokeach determinou a existência de 18 (dezoito) valores terminais e 18 valores instrumentais, devidamente listados no Quadro 1. Sua proposta de medida passa pelo ranqueamento dos valores em importância como princípios guias das vidas dos sujeitos estudados (Kamakura e Mazzon, 1991; Leon e Selmer, 1994; Munson e McIntyre, 1978; Rokeach, 1973; Wang *et al.*, 1994).

Quadro 1 – Tipologia dos Valores Terminais e Instrumentais

Valores Terminais	Valores instrumentais
Amizade verdadeira	Ser Alegre
Amor maduro	Ser Ambicioso
Auto-respeito	Ser Amoroso
Felicidade	Ser Auto-controlado
Harmonia interior	Ser Capaz
Igualdade	Ser Corajoso
Liberdade	Ser Educado
Prazer	Ser Honesto
Reconhecimento social	Ser Imaginativo
Sabedoria	Ser Independente
Salvação	Ser Intelectual
Segurança familiar	Ser Limpo
Segurança nacional	Ser Lógico
Um mundo de beleza	Ser Magnânimo
Um mundo em paz	Ter Mente Aberta
Um sentimento de realização	Ser Obediente
Uma vida confortável	Ser Prestativo
Uma vida excitante	Ser Responsável

Fonte: Rokeach (1973).

Pesquisas demonstram que a utilização de tal classificação tem revelado que as pessoas e grupos diferem expressivamente na extensão com que possuem esses valores e, mesmo concordando com esses valores, podem discordar a respeito de comportamentos apropriados para se alcançar os objetivos (Rokeach e Ball-Rokeach, 1989; Ball-Rokeach, 1976; Parsons, 1951). A ferramenta utilizada pressupõe que os valores institucionais são substantivamente os mesmos que aqueles manifestados ao nível individual (Rokeach, 1979).

A seguir, será desenvolvida uma descrição dos procedimentos metodológicos adotados para desenvolver o estudo, que foi dividido em três etapas principais - levantamento documental, análise estatística e análise de conteúdo -, após um detalhamento dos critérios definidos para a inclusão das organizações no estudo.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1. Critérios de Inserção das Organizações no Estudo

A escolha das entidades para a realização do estudo considera o atendimento de critérios pré-estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Recife, sendo, então, incluídas as entidades devidamente cadastradas no referido Conselho.

Em relação a seu público-alvo, as entidades devem pertencer aos extratos populacionais urbanos ou rurais, com prioridade para os indivíduos e segmentos populacionais em: condições de vulnerabilidade; condições de desvantagem pessoal resultantes de deficiências ou de incapacidades; ou situações tais como: abuso e exploração

comercial sexual infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil, moradores de rua, dependentes do uso e da exploração comercial das drogas, crianças e adolescentes vítimas de abandono e da desagregação familiar, crianças, idosos e mulheres vítimas de maus tratos.

Quanto às atividades realizadas no âmbito da assistência social, as entidades devem atuar na promoção ao atendimento das seguintes necessidades: a proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas com deficiência; a integração ao mercado de trabalho; a assistência educacional ou de saúde; o desenvolvimento da cultura; o atendimento e assessoramento aos beneficiários da Loas (Lei Orgânica de Assistência Social/1993) e defesa de seus direitos.

Em relação ao funcionamento, as organizações devem possuir sede no Município de Recife e desenvolver suas atividades principais na área de Assistência Social, em endereço diferente da residência de seus diretores/ instituidores, além de ter no mínimo um ano de efetivo funcionamento e possuir recursos humanos e instalações adequadas ao tipo de atendimento que presta a seus beneficiários, de acordo com a realidade local.

3.2. Levantamento Documental

O presente estudo consiste em três fases, sendo a primeira o levantamento documental, através do qual são mapeadas diversas variáveis-chave das ONGs. O levantamento documental é definido por Chaumier (1974) como sendo um conjunto de operações que visam representar o conteúdo de documento(s) sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado posterior a sua consulta ou referência. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, o levantamento documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação (Bardin, 1977), sendo que o propósito a ser atingido é o de armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação com o máximo de pertinência.

Procede-se à identificação de uma série de variáveis-chave como forma de representar adequadamente as informações contidas nos documentos de cada entidade analisados. O levantamento inclui 300 (trezentas) entidades, no total, devidamente cadastradas no CMAS até janeiro de 2003 (ver Cordeiro, 2003).

3.3. Análises Estatísticas

A segunda etapa do trabalho visa a realização de análises estatísticas para identificação de relações entre os dados coletados e, assim, a melhor compreensão do objeto de investigação.

Assim, são consideradas as seguintes variáveis-chave: ano de fundação da entidade; RPA (região político-administrativa) na qual se insere a entidade; bairro no qual se localiza; gênero do(a) presidente; situação da sede (própria, cedida ou alugada); público-alvo/ beneficiários da entidade; principais fontes de financiamento; e principais objetivos das entidades. As análises realizadas incluem de modo geral: a análise de distribuição de frequências; análises univariadas e análises bivariadas para identificação de relação entre as variáveis.

3.4. Análise de Conteúdo

A terceira etapa do trabalho visa a realização de uma análise do conteúdo obtido na fase de levantamento. Bardin (1977) define a análise de conteúdo como sendo um conjunto

de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens, ou seja, das variáveis inferidas.

Holsti (1968) sugere a análise de conteúdo como forma de identificar valores, através da extração de valores terminais e instrumentais que são declarados e/ou incitados em documentos ou publicações institucionais. Entre as técnicas para realização da análise de conteúdo, adota-se a análise categorial, ou categórica, que considera a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento segundo a frequência de presença (ou ausência) de determinados itens de sentido. O interesse não consiste na mera descrição dos conteúdos, mas sim no que estes poderão contribuir para a melhor compreensão do objeto de estudo, após serem tratados, por classificação (no caso do presente trabalho), relativamente a outros aspectos (Bardin, 1977).

A categorização geralmente emprega um processo através do qual se adota um sistema de categorias pré-definido (com auxílio de mapas de codificação), procurando-se repartir os elementos do material à medida que vão sendo encontrados. Além disso, entre as diferentes possibilidades de categorização, o estudo adota a análise de frequências, sendo que as principais etapas seguidas, considerando o método, incluem:

1. Desmembramento dos dados brutos – separação de frases do material analisado que sirvam como elementos básicos para análise; envolve a releitura de cada segmento do texto para identificação de passagens que melhor representem os conceitos expressos pelos sujeitos, sob a ótica da teoria centrada em valores (Rokeach, 1968, 1973; 1979).

2. Identificação e codificação dos elementos identificados – procede-se à codificação dos elementos representativos do arcabouço conceitual de valores de acordo com as duas dimensões – valores terminais e valores instrumentais – e, assim, à categorização segundo os 18 (dezoito) valores que compõem cada dimensão (Rokeach, 1968).

3. Mensuração da quantidade de vezes com que valores terminais e instrumentais são mencionados ou não no material analisado;

4. Análise de frequências - ranqueamento de acordo com a frequência relativa identificada através da análise categórica.

Yin (2001) destaca a relevância de táticas que visem aumentar a validade do construto, através da utilização de várias fontes de evidências, de tal forma que incentive linhas convergentes de investigação. Assim, no presente trabalho, a triangulação de fontes de dados é conduzida através de: levantamento dos documentos institucionais; registros em arquivos do CMAS; entrevistas espontâneas (com Presidente e membros do CMAS); e Resoluções contidas em documentos que corroboram com os critérios definidos para inserção das organizações no estudo.

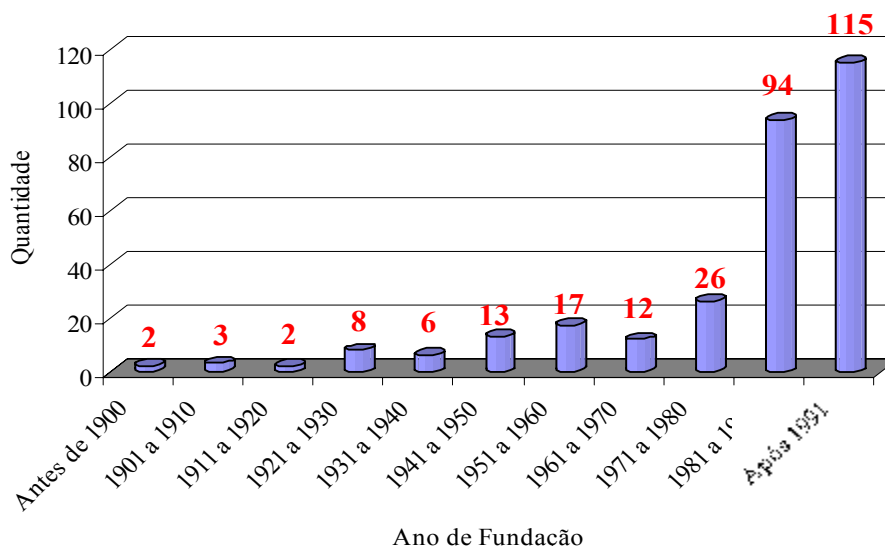
4. Resultados e Discussão

4.1. Perfil das Esferas de Atividade Social

O propósito deste tópico é o de apresentar e descrever os principais resultados alcançados pelo estudo nos aspectos que compreendem o perfil das esferas de atuação social das organizações estudadas. Assim, apresenta-se, inicialmente, a expansão das organizações do segmento de Assistência Social na cidade de Recife (Gráfico 1) desde o início do século XX até o presente momento. Verifica-se uma tímida evolução das

entidades constituídas por indivíduos oriundos da sociedade civil até meados da década de 60. Por sua vez, na década de 70 são fundadas 26 (9%) organizações de Assistência Social, enquanto que nas décadas de 80 e 90 observam-se as mais expressivas quantidades de entidades fundadas (32% e 39%, respectivamente).

Gráfico 1 – Fundação de Organizações do Segmento de Assistência Social no Recife



A cidade de Recife encontra-se dividida em 06 (seis) RPAs (Regiões Político-Administrativas) e 36 (trinta e seis) microrregiões. Através do levantamento verifica-se um dado interessante: grande parte (27%) das organizações concentram-se na RPA1, estando 41 entidades situadas em apenas um bairro (Boa Vista) dos 11 que constituem essa RPA.

Tabela 1 - Público-alvo das Organizações de Assistência Social

Público-alvo	Crianças e Adolescentes	Idosos	Pessoas com Deficiência	Famílias	Todos	Outros	Total
<i>F</i>	147	16	35	4	77	21	300
<i>%</i>	49,0	5,3	11,7	1,3	25,7	7,0	100,0

A Tabela 1 apresenta a distribuição das organizações estudadas de acordo com seu público-alvo, sendo quase a metade (49,0%) destas destinadas a atender com prioridade o segmento de crianças e adolescentes. Essas entidades, em sua maior parte, constituem creches e clubes de mães, que visam prestar cuidados e, sobretudo, práticas educacionais a esse público. Em segundo lugar, verifica-se que 25,7% das organizações não fazem distinção quanto ao segmento beneficiado por suas ações; nesse sentido, constituem, em sua maioria, associações e conselhos de moradores, que atendem a sua comunidade de forma ampla. Em seguida, observa-se que existem 35 entidades (11,7%) que destinam seus cuidados de forma exclusiva ao segmento de pessoas com deficiência. Outros públicos (7,0%) incluíram, em grande parte (10 entidades) o segmento de mulheres/gestantes.

Tabela 2- Gênero do(a) Presidente das Organizações

Ref.	Valores Terminais	f	%
1	Feminino	194	64,7
2	Masculino	106	35,3
	Total	300	100,0

A Tabela 2 demonstra de forma clara a predominância do gênero feminino (64,7%) em relação ao masculino (35,3%) na função de presidente das organizações sociais estudadas, o que sugere a relevância de conduzir pesquisas mais direcionadas a esse segmento, na medida que este se configura como significativo no campo do empreendedorismo social no Estado de Pernambuco.

Em relação ao local de desenvolvimento das atividades de Assistência Social das entidades estudadas, verifica-se que a maior parte (72,0%) possui sede própria, enquanto 14,3% possui sede alugada e 13,7% sede cedida por terceiros.

Finalmente, no que se refere às principais fontes de financiamento, constata-se que uma parcela significativa das organizações obtém seu financiamento de fontes públicas (tanto no nível municipal, como estadual e, em menor quantidade, através de linhas de financiamento federal) na forma de convênios celebrados entre Prefeitura Municipal e entidade - entre eles, o PAC/Programa de Atenção à Criança, API/Programa de Apoio à Pessoa Idosa e PPD/Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência. Apenas em 2002, foram renovados os convênios de 66 entidades nos três programas citados. Além disso, as organizações buscam fontes privadas - doações de pessoas ou empresas, cotas de sócios, coletas, venda de produtos ou serviços, bingos, venda de rifas etc.

4.2. Perfil de Valores das Organizações de Assistência Social

O propósito desta seção é apresentar e discutir os principais resultados alcançados pelo estudo no que se refere ao perfil de valores terminais e instrumentais, destacando achados relevantes para enriquecer o entendimento do construto.

Tabela 3 – Incidência de Valores Terminais e Instrumentais das Organizações

Cód.	Valores Terminais	f	%	Cód.	Valores instrumentais	f	%
106	Igualdade	113	11,7	217	Ser Prestativo	214	21,9
109	Reconhecimento social	103	10,7	211	Ser Intelectual	189	19,3
118	Uma vida excitante	93	9,6	205	Ser Capaz	147	15,0
112	Segurança familiar	92	9,5	206	Ser Corajoso	115	11,8
115	Um mundo em paz	81	8,4	218	Ser Responsável	55	5,6
108	Prazer	60	6,2	213	Ser Lógico	44	4,5
110	Sabedoria	57	5,9	208	Ser Honesto	43	4,4
117	Uma vida confortável	57	5,9	216	Ser Obediente	43	4,4
114	Um mundo de beleza	55	5,7	210	Ser Independente	35	3,6
103	Auto-respeito	54	5,6	202	Ser Ambicioso	31	3,2
111	Salvação	49	5,1	209	Ser Imaginativo	17	1,7
105	Harmonia interior	32	3,3	215	Ter Mente Aberta	11	1,1
116	Um sentimento de realização	31	3,2	204	Ser Auto-controlado	11	1,1
113	Segurança nacional	30	3,1	212	Ser Limpo	10	1,0
107	Liberdade	28	2,9	214	Ser Magnânimo	6	0,6
101	Amizade verdadeira	27	2,8	201	Ser Alegre	3	0,3
104	Felicidade	5	0,5	203	Ser Amoroso	0	0,0
102	Amor maduro	0	0,0	207	Ser Educado	0	0,0
-	Total	967	100,0	-	Total	974	100,0

Primeiramente, destaca-se que são encontrados de forma equilibrada valores terminais (fim) e instrumentais (meio) - 967 e 974, respectivamente (Tabela 3). Os cinco valores terminais mais presentes nos objetivos das organizações analisadas foram: igualdade (11,7%) - oportunidades iguais para todos; reconhecimento social (10,7%) - respeito, admiração; uma vida excitante (9,6%) - uma vida estimulante e ativa; segurança

familiar (9,5%) - zelo com as pessoas queridas/amadas; e um mundo em paz (8,4%) - um mundo livre de guerras e conflitos (ver Tabela 6 do Apêndice).

No que se refere aos valores instrumentais, verifica-se com presença predominante os seguintes valores: ser prestativo (21,9%) - que trabalha pelo bem-estar do próximo; ser intelectual (19,3%) - reflexão e inteligência cognitiva; ser capaz (15,0%) - ser competente e efetivo; e ser corajoso (11,8%) - que assume e defende suas crenças.

Além de 1941 codificações, baseadas na classificação de Rokeach (1973) para valores terminais e instrumentais, encontra-se 98 itens novos, podendo ser divididos em 05 categorias não contempladas pelas 36 categorias de valores do autor. Assim, de acordo com a Tabela 4, um valor declarado por 45 (15,0%) organizações pode ser associado à idéia de agregar-se, ou reunir pessoas/grupos, como forma de alcançar determinada finalidade, ou seja, a união de esforços comuns para realizar ou modificar a realidade (código 004). A maior parte das entidades que declaram tal categoria incluem associações, núcleos e conselhos de moradores, cujas ações estão geralmente circunscritas à microrregião ou bairro onde residem. Além disso, verifica-se que 22 entidades (7,3%) declaram a importância do relacionamento ou articulação com outros que compartilham os mesmos ideais ou finalidades, como entidades afins (código 001). 17 entidades (5,7%) assumem a ‘orientação’ (código 002) - conduzir pessoas ou grupos a respeito de como realizar/implementar ações etc.- como importante meio para alcançar objetivos, enquanto 10 entidades (3,3%) assumem a postura de ‘porta-voz’ de sua comunidade ou público-alvo (código 003), sobretudo na representação perante autoridades governamentais. Finalmente, ainda se destaca a existência de 04 organizações que indicam como fim desejado o rompimento com o *establishment* ou as tradições, propondo novas formas ou opções de arranjo social.

Tabela 4 – Incidência de Novos Valores das Organizações

Valores	Relaciona- mento (001)	Ser Orientador (002)	Ser Representante (003)	Ser Agregador (004)	Um Rompimento com as tradições (005)	Total
Terminais	22	-	-	-	04	26
Instrumentais	-	17	10	45	-	72

Corroborando com pressuposições do estudo (Rokeach, 1973), não é de se esperar que uma instituição social transmita ou implemente uma completude ou totalidade dos valores humanos, verificando-se nos dados do objeto de investigação ora discutidos a ausência do valor terminal denominado por Rokeach (1973) de ‘amor maduro’ (intimidade sexual e espiritual), além dos instrumentais ‘ser amoroso’ (afetivo e carinhoso) e ‘ser educado’ (cortês ou que tem bons modos).

Existe uma diferenciação na função entre as instituições, cada uma empenhando esforços e recursos em diferentes esferas da atividade social, conforme se observa: a orientação de pessoas na defesa e reivindicação de seus direitos e interesses legítimos; educação do menor e sua proteção; e o atendimento das necessidades mais urgentes das comunidades. Como consequência de tamanha diferenciação em funções e ações de cunho social, as organizações emergem com objetivos e ações prioritários, destinados a públicos-alvo específicos em primeira instância.

Desse modo, conforme a Tabela 5 apresenta, é oportuno observar que as finalidades de organizações cuja atuação é direcionada ao público infanto-juvenil declaram como valores predominantes, em termos de frequência, a segurança familiar (51), um mundo em paz (49) e uma vida excitante - estimulante e ativa - (48). Como meio mais procurado para alcançar tais finalidades, destaca-se os valores instrumentais que se referem a ser intelectual (110), ou seja, refletir e utilizar a cognição para a mudança positiva; e a ser prestativo (95), trabalhando pelo bem-estar do próximo.

Quando se considera o público da terceira idade, observa-se com igual prioridade o prazer e uma vida excitante como valores terminais. O valor mais enfatizado pelas entidades que se dedicam às pessoas com deficiência (PCD), por sua vez, é o de igualdade (29), ou seja, o fim de obter oportunidades iguais para todos, sem discriminações de ordem física ou moral. Quando destina suas ações a todos, a organização (predominantemente as que atuam em apenas uma comunidade) destaca como valor terminal mais presente o reconhecimento social (32), ligado ao respeito e admiração por parte de outros segmentos sociais e autoridades (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Incidência dos Valores Terminais e Público-alvo das Organizações

Ref.	Valores terminais	Público-alvo						
		Criança e adolescente	Idoso	PCD	Famílias	Todos	Outros	f
101	Amizade verdadeira	14	2	2	0	7	2	27
103	Auto-respeito	17	0	17	1	13	6	54
104	Felicidade	2	-	1	-	-	2	5
105	Harmonia interior	10	2	15	-	1	4	32
106	Igualdade	44	3	29	1	30	6	113
107	Liberdade	15	1	3	-	5	4	28
108	Prazer	30	6	5	-	17	2	60
109	Reconhecimento social	40	3	22	1	32	5	103
110	Sabedoria	35	2	6	1	10	3	57
111	Salvação	27	4	2	1	12	3	49
112	Segurança familiar	51	4	12	1	21	3	92
113	Segurança nacional	16	-	-	-	10	3	30
114	Um mundo de beleza	27	4	4	1	16	3	55
115	Um mundo em paz	49	3	1	1	24	3	81
116	Um sentimento de realização	11	-	7	-	11	2	31
117	Uma vida confortável	23	3	3	-	24	4	57
118	Uma vida excitante	48	6	11	1	24	3	93
	Total	459	43	140	9	257	58	967

5. Conclusões

O universo composto por associações, organizações não-governamentais, sem fins lucrativos e de voluntariado dedicadas a distintos campos de atuação, legalizadas sob diferentes formas jurídicas e com diferentes mecanismos de financiamento, de distintas origens e igualmente diversas tendências ideológicas, conforma um quadro heterogêneo. (Carvalho, 1999). De modo geral, porém, um ponto importante para a distinção do Terceiro Setor dos demais é o seu enfoque em valores e sua disseminação, como a luta pela igualdade, o resgate do respeito à dignidade humana e o compromisso com o direito de livre expressão.

Segundo Salomon e Anheier (1996), existiriam duas idéias fundamentais subjacentes ao enfoque em valores. A primeira seria a da iniciativa individual em prol do bem comum, ou seja, a noção de que o indivíduo possui a capacidade e o dever de agir com autonomia para a transformação da realidade. A segunda idéia a ser considerada é que, de acordo com o autor, estaria acima da iniciativa individual, seria a solidariedade, representando o dever e responsabilidade com o próximo e com a sociedade em geral, o que acaba por transformar a ação organizada e voluntária, através da formação de organizações e movimentos sociais, mais expressiva e relevante que a individual. De acordo com essa perspectiva, os resultados do estudo reforçam o conceito do Terceiro Setor como um conjunto de instituições que encarnam os valores da igualdade (fraternidade e oportunidades iguais para todos) e da prestatividade (trabalhar pelo bem-estar do próximo) como essenciais à transformação social positiva.

Na definição das organizações estudadas, figura, em primeiro plano, sua independência frente aos poderes instituídos, ou seja o Estado. No entanto, segundo aspectos ligados ao financiamento das atividades, as organizações estudadas aparentam forte dependência em relação ao governo para poderem realizar suas ações, na forma de convênios celebrados entre as duas partes e que requerem o atendimento de critérios definidos e ditados pelo governo.

No que se refere à identificação de organizações transformadoras, ou seja, aquelas que desenvolvem uma interpretação própria da realidade, significando uma posição contrária ao paradigma dominante que as leva a proporem alternativas concretas ao sistema global, destacam-se quatro organizações que visam esse rompimento com as tradições, propondo novas opções ou formas de sociedade, as quais sejam: o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), que busca novas formas históricas de sociedade vividas na justiça, igualdade e liberdade; o GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares), que busca consolidar um novo pensamento jurídico a partir da prática alternativa do Direito; o Galpão de Meninos de Santo Amaro, que busca uma educação libertária pelo trabalho; e o Grupão Alto do Jordão, que visa despertar a consciência crítica de seu público.

As funções sociais, através de esferas particulares de atividade, promovem o surgimento de estruturas ou arranjos para a transmissão e implementação de conjuntos de valores, conforme sugere Rokeach (1973), reforçando a noção de especialização de valores. Assim, as associações ou conselhos de moradores, de modo geral, apresentam como valores predominantes àqueles ligados à coragem e prestatividade, sobretudo na defesa dos direitos dos indivíduos e no trabalhar pelo bem-estar do próximo. Por outro lado, as instituições religiosas ou iniciativas sociais ligadas a Igrejas demonstram, em sua totalidade, a presença do valor ligado à salvação, enquanto nos clubes de mães e creches destacam-se a segurança familiar e a reflexão (ser intelectual) como maior enfoque.

Ball-Rokeach (1976) argumenta que os sistemas de valores hierarquicamente organizados podem ser resultado da competição interinstitucional pela influência sobre a prioridade de valores dos indivíduos em seu contexto de atuação. Considerando a diversidade das condições sócio-econômicas e contextos com graus variados de complexidade, é pertinente sugerir como desafio para futuras pesquisas a compreensão das interrelações e interações entre instituições, e entre instituições e indivíduos, buscando a identificação de quais organizações competem entre si pela transmissão e implementação de valores e quais são esses valores.

Assim como a cooperação e a competição entre organizações, existe a integração entre as mesmas (Parsons, 1951), podendo haver compartilhamento, sobreposição, reforço

ou apoio aos valores especializados de outras entidades afins. As organizações sociais, então, podem ser definidas segundo um arranjo social que proporciona não apenas a especialização em valores, mas também o seu compartilhamento. Os resultados do estudo corroboram com os achados de Parsons (1951) à medida que se verifica a presença de valores ligados ao relacionamento ou articulação com outras entidades que compartilham os mesmos ideais ou finalidades, além da forte ênfase na união dos esforços de indivíduos ou grupos como forma de modificar a realidade social. Destaca-se que a identificação destes valores não foi contemplada pela classificação adotada por Rokeach (1973) sendo, portanto, importante ponto de partida para futuros estudos que visem aprofundar a compreensão do construto.

A compreensão a respeito da diferença ou semelhança com que as organizações sociais exibem determinados valores, por sua vez, pode auxiliar na visualização da extensão com que objetivos e demandas comportamentais são similares. No que se refere ao objeto de investigação, as organizações do Terceiro Setor do Segmento de Assistência Social da cidade de Recife, identifica-se um equilíbrio entre os valores terminais e instrumentais, sobretudo no que se refere às diferentes sub-áreas de atuação e públicos-alvo das organizações.

O método da análise de conteúdo dos valores contidos nos documentos institucionais pode refletir os valores idiossincráticos dos autores desses documentos assim como os da instituição, ou pode informar apenas a respeito dos valores mais importantes ou, ainda, omitir de forma seletiva, mencionando determinados valores que já são tomados por certos. Desse modo, como meio de superar essa limitação do estudo, Lewin (1951) sugere a mensuração dos valores pessoais dos dirigentes das instituições, baseando-se na assertiva de que tais valores são prováveis de refletir a influência de socialização por uma organização social em particular. Além disso, Rokeach (1976) recomenda três métodos possíveis de serem utilizados na mensuração de valores institucionais, sendo um destes a mensuração de valores individuais de determinados clientes da organização, que são fortemente influenciados por sua atuação. Campbell e Fiske (1959) alertam que não se pode afirmar que qualquer um desses métodos seja superior ao outro, sendo, então, recomendada uma abordagem multi-método que possibilite a triangulação e validação-cruzada (*cross-validation*) como preferível à utilização de um único método.

6. Agradecimentos

Este estudo é parte integrante de um trabalho maior incentivado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – à qual a autora é muito grata. Sinceros agradecimentos também são feitos aos membros do CMAS/ Recife, por sua disposição e apoio, muito importantes para a consecução deste trabalho.

7. Referências Bibliográficas

- Azevedo, A. **Quatro grupos, quatro ongs**. Recife: dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da UFPE, 1996.
- Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LDA, 1977.
- Campbell, D. T., Fiske, D. Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin**, 56, p.81-105, 1959.
- Caravelas, L. **As ONGs no contexto dos anos 90**: estudo de caso sobre a Casa de Passagem da imprensa. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

Carvalho, C. A. P. Preservar a Identidade e Buscar Padrões de Eficiência: Questões complementares ou contraditórias na atualidade das organizações não Governamentais? In: **Anais... XXIII ENANPAD**, Foz do Iguaçu, 1999.

Chaumier, J. **Les techniques documentaires**. PUF, 2ª ed., 1974.

Cordeiro, A. T. **Mapeamento das Organizações Não-Governamentais da Região Metropolitana do Recife**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Administração/ UFPE. Recife, 2003.

Falconer, A. P. **A Promessa Do Terceiro Setor**: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. CEATS, USP: São Paulo, 1999.

Fernandes, R. C., **Privado Porém Público**: O Terceiro setor na América Latina, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Gohn, M. da G. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

Holsti, O. R. Content Analysis. In: Lindzey, G., Aronson, E. (Eds.). **The handbook of social psychology**, v.2. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1968.

Kamakura, W. A., Mazzon, J. A. Value Segmentation: a model for the measurement of values and value systems. **Journal of Consumer Research**, v.18, p. 208-218, set, 1991.

Landim, L. Beres, N. **Ocupações, despesas e recursos**: as organizações sem fins lucrativos no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro, 1999.

Leon, C. T., Selmer, J. Value segmentation of the Hong Kong Chinese: perceived values of gender categories. **Asia Pacific Advances in Consumer Research**, v.1, p.171-177, 1994.

Lewin, K. **Field theory in social science**, New York: Harper, 1951.

Malena, C. **Working with NGOs**: A Practical Guide to Operational Collaboration Between the World Bank and Non-governmental Organizations. Washington, D.C. Operations Policy Department, World Bank, 1995.

Martins, M. D. A decisão organizacional no terceiro setor: em busca de especificidades. **Anais... ENANPAD**, 1999.

Mecenas, D. S. de, Marcelino, M. C. S., Costa A. L. Terceiro Setor e Estado: O uso do método SSM para análise de conflito organizacional. In: **Anais... CLADEA**, 2002.

Munson, J. M., McIntyre, S. H. Personal Values: a cross-cultural assessment of self values attributed to a distant cultural stereotype. **Advances in Consumer Research**, v.5, p.160-166, 1978.

O'Neill, M., Fletcher, K. (eds.). **Nonprofit Management Education**: U.S. and World Perspectives. Westport: Praeger, 1998.

Parsons, T. **The social system**. Glencoe, Ill.: Free Press, 1951.

Rokeach, M. **Beliefs, attitudes and values**: a theory of organization and change. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1968.

Rokeach, M. From individual to institutional values: with special reference to the values of science. In: Rokeach, M. **Understanding Human Values**: individual and societal. New York: The Free Press, 1979.

Rokeach, M. **The nature of human values**. New York: The Free Press, 1973.

Rokeach, M., Ball-Rokeach, S. J. **Stability and change in American Value Priorities: 1968 - 1981**. American Psychologist. V.44. n.5. p.775-84. 1989.

Salamon, L. M. e Helmut, A. **The Emerging Nonprofit Sector**. 2^a. ed. – Manchester , U.K.: Manchester University Press, 1996.

Tavares, S. de C. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

Thomas, W. I., Znaniecki, F. **The Polish Peasant in Europe and America**. Boston: Badger, vol. 1, 1918.

Verhelst, T. **O direito à diferença: identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1992.

Wang, Z., Rao, C. P., D'Auria, A. A. A comparison of the Rokeach value survey (RVS) in China and the United States. **Asia Pacific Advances in Consumer Research**, v.1, p.185-190, 1994.

Yin, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Daniel Grassi. 2^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

8. Apêndice

Tabela 6 - Destaque de trechos-chave na caracterização dos códigos (valores)

Cód.	[Ref. (itens)]/ Trecho (s) que melhor caracteriza (m) cada código	Frequência
001	3(1). Promover eventos (...) e incentivar a interlocução entre os diversos comitês (...). 24(5). Estabelecer convênios, parcerias e associações com entidades (...) afins.	22
002	86(1). Reunir os moradores (...) em busca de soluções para os problemas da população.	17
003	62(1). Apresentar perante as autoridades os interesses gerais de seus associados e interesses gerais de sua categoria.	10
004	130(4). Associar-se às autoridades municipais em defesa das mães carentes da comunidade (...).	45
005	97(1). Ser espaço e oportunidade ... em busca de novas formas históricas de sociedade (...).	4
101	23(1). (...) ampliando os laços de fraternidade (...). 141(2). Oportunizar (...) uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.	27
103	9(2). (...) assegurando a individualidade e o processo de identidade pessoal visando um crescimento (...) satisfatório.	54
104	13(3). Promover (...) o bem-estar de todos (...).	5
105	180(1). Prevenção e recuperação de (...) dependentes de tóxicos (...), alcoolismo e outras deformações de ordem física, moral e espiritual (...).	32
106	46(1). Promover (...) sem qualquer discriminação de credo religioso ou político, de cor, raça ou nacionalidade.	113
107	48(1). (...) visando a emancipação das pessoas com deficiências visuais.	28
108	237(1). Manter um setor de (...) visando a melhoria de vida, lazer (...) para a terceira idade.	60
109	165(1). Melhoria das condições (...)readaptação deste à sociedade, proporcionando condições para que se possa vislumbrar um futuro digno (...).	103
110	6(5). Promover a formação humana (...).	57
111	234(1). Estar a serviço dos mais pobres (...) instauração do reino do amor e da justiça de Deus no meio dos homens (...).	49
112	253(1). Promover a família (...) a vida em família é a mais alta expressão de civilização (...) nenhuma criança deve ser retirada do lar (...).	92
113	167(1). Receber e manter sob sua guarda e vigilância (...) crianças (...).	30

114	239(6). Apoio (...) e promover ações de proteção ao meio-ambiente e ao patrimônio artístico cultural.	55
115	4(4). Abrir espaço para a convivência fraterna, democrática e intercultural (...).	81
116	245(1). Defesa e proteção do meio-ambiente e dos recursos naturais, preservando áreas ecologicamente importantes (...) criação de unidades de conservação.	31
117	237(1). Manter um setor de cursos, (...) visando a melhoria de vida (...)	57
118	259(4). Estimular, apoiar e desenvolver atividades culturais (...) e esportivas (...)	93
201	204(1). Proporcionar com seu trabalho, alegria de viver aos pacientes (...).	3
202	141(2). Oferecer a crianças e adolescentes (...) para que os mesmos tenham melhores oportunidades na sociedade.	31
204	140(1). Prestar assistência (...) proporcionando-lhes, na medida das possibilidades do clube (...).	11
205	64(3). Desenvolver atividades (...) visando (...).	149
206	161(1). Defender os direitos e interesses da comunidade.	115
208	285(1). Promover, sem fins lucrativos (...) fortalecimento de valores éticos (...).	43
209	182(1). Criar e manter um núcleo de capacitação em educação artística (...).	17
210	221(4). Criar mecanismos de auto-sustentação do grupo.	35
211	221(1). Congregar mulheres (...) através de discussões e análise de conjuntura.	189
212	53(1). Zelar pela saúde e bem-estar (...) e os cuidados médico-sanitários básicos.	10
213	251(1). Abrigar (...), desde que seja feita uma triagem, estudo e pesquisa em profundidade, verificando as necessidades para que (...) possam fazer parte do grupo da instituição.	44
214	280(1). Prática de obras de misericórdia em favor dos pobres e (...) desvalidos.	6
215	221(5). Promover a discussão do grupo com a comunidade sobre o processo de emancipação da mulher.	11
216	39(3). Cumprir as leis e determinações dos poderes constituídos (...).	43
217	181(1). Servir ao povo brasileiro (...).	214
218	296(1). Promoção do ensino (...) e a criação e manutenção de obras de assistência social.	55